

APRESENTAÇÃO

DEMOCRACIAS NA AMÉRICA LATINA: VALORES E DIREITOS TENSIONADOS PELA RELIGIÃO

*Brenda Carranza **

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Ao olhar para a América Latina pós-pandêmica, detectamos três vetores comuns na região: 1) o definhamento dos regimes democráticos e a ascensão do autoritarismo; 2) o retrocesso sobre conquistas dos movimentos sociais, feministas, étnico-raciais, comunidades identitárias LGBTQIA+ e de diversidade sexual; 3) e o fortalecimento de uma direita cristã, comandada por setores evangélicos. Independente da noção de democracia com a qual operemos, é evidente que o sistema democrático, tal qual vem sendo implementado a partir da segunda metade do século XX, está cada vez mais colocado em xeque (Lagos, 2018). Basta lembrar a deslegitimação que tem sofrido as instituições democráticas pelo insistente questionamento que Donal Trump (USA) e Jair Messias Bolsonaro (Brasil) vêm realizando ao sistema eleitoral, desacreditando os mecanismos para a realização de eleições presidenciais e de representantes das câmaras e do senado de ambas as nações. Tanto nesses países quanto no resto do continente, a dimensão religiosa, cada vez mais, assume um papel de protagonista ao ser colocada no epicentro dos processos democráticos.

Se retomamos a crise sanitária da Covid-19, marco zero que recorta a história recente de nossas vidas pessoais e coletivas, evidenciou-se na região a presença de um Estado falido. Incapazes de responder às demandas de proteção social, seja na economia ou na saúde, os Estados-nações mostraram sua face voraz na corrupção endêmica. Uma vez mais, corroborou-se a incompetência na gerência dos recursos públicos, favorecendo o desvio para bolsos privados dos recursos das políticas

* Professora Colaboradora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: brendac@unicamp.br. ORCID iD: < <https://orcid.org/0000-0003-4757-7205> >.

públicas. Realidade que lançou ao continente num clima de incerteza econômica, na qual a superação da desigualdade social, a distribuição de renda e a proteção de direitos da população em situação prolongada de vulnerabilidade, continuam a ser postergadas nas pautas dos governos.

De outra parte, na área política, vemos como a América Latina abraça ditadores autocratas que vêm ascendendo e consolidando seu poder por mecanismos de representatividade democrática: o voto. Podemos nomear alguns desses políticos, a começar por Nicolás Maduro – sucessor de Hugo Chaves –, que assume a presidência sob protestos da oposição e de organismos internacionais em 2014 e em 2018, governando, até hoje, amparado pela autoproclamada Constituinte, não sancionada pelo parlamento eleito democraticamente em 2015. Em Cuba, encontramos Miguel Díaz-Canel, presidente que resiste no poder apesar das primeiras manifestações populares em massa da ilha, em 2021, quando a população, pressionada pela crise de alimentos, de energia elétrica e de medicamentos, se lançou às ruas. Díaz-Canel acusa as lideranças, presenciais e virtuais, de querer desestabilizar a “unidade do povo cubano”, sustentando assim a repressão policial desencadeada pelo regime (Motta, 2021). Nesse elenco, Daniel Ortega assume pela quarta vez a presidência da Nicarágua, após severa repressão à oposição no período eleitoral de 2021. Ortega estendeu para os setores religiosos a tática de eliminação das vozes dissidentes, chegando até a expulsar determinados grupos do país. Já no pequeno país centro-americano de El Salvador, o presidente muçulmano Nayib Bukele avança com grande popularidade, mesmo enfraquecendo a separação dos três poderes, criminalizando a imprensa convencional e independente, e os movimentos sociais. E mesmo apesar do manifesto comportamento machista (Amaya, 2022). A tecitura comum desses governantes é a repulsa à crítica ou possibilidade de discussão sobre direitos humanos, democracia e o Estado de direito, escondendo-se no próprio autoritarismo, e alguns, com apelo populista.

No concerto das nações, devidas as proporções e distancias históricas e locais, esses autocratas engrossam suas vozes ao coro do ideário da extrema direita que registra fortes sinais de avanço mundo afora. A recente eleição, em setembro de 2022, de Giorgia Meloni como primeira-ministra da Itália, acende um alerta na Europa, pois a coalizão fascista que a levou ao poder traz as bandeiras do nacionalismo, eurocentrismo, da xenofobia e questionamentos sobre a validade da União Europeia.

Com o lema “Deus, pátria e família”, a promessa de Meloni é o resgate dos valores tradicionais e a luta contra os grupos de pressão LGBTQIA+ e da chamada ideologia de gênero. O triunfo na Itália foi saudado por Viktor Orban, primeiro-ministro da Hungria desde 2010, quem declara que: “precisamos mais do que nunca de amigos que compartilhem uma visão e uma abordagem comuns da Europa”. Tal alinhamento foca, certamente, na política econômica conservadora que “oscilará entre o ultraconservadorismo e o populismo no que diz respeito a direitos humanos, direitos de minorias e direitos das mulheres”, reforçando os países “amigos” Polônia e Suécia.

Do lado de cá nas Américas, não podemos esquecer da presidência estado-unidense de Trump (2017-2020) e o ativismo evangélico no seu governo. Governo caracterizado por um legado político de gerenciamento antissistema, disseminador de desinformação como forma de comunicação nas redes digitais, de negacionismo durante a pandemia, da implementação de políticas públicas xenófobas e anti-imigração. É sabido que, a partir da inserção de representantes evangélicos (evangelicals) no Partido Republicano, a influência fundamentalista implementou pautas conservadoras nas estruturas da Casa Branca. Entre as estratégias dessa incorporação temática, é possível lembrar das iniciativas catequéticas para o primeiro escalão, com formação semanal bíblica e de princípios cristãos, e a promoção de programas de formação político-religiosa em governos latino-americanos. Mesmo com a tentativa frustrada de reeleição de Trump, em 2020, tanto os evangélicos radicais quanto o trumpismo continuam a ser atuantes na sociedade e nas estruturas de poder estadunidenses e latino-americanas (Correia, 2020). Importa destacar que a atuação política norte-americana na região disputa com outros dois colossos: China e Rússia, dispostos a implementar suas estratégias de aproximação a América Latina, por meio de créditos e projetos de infraestrutura, à margem de quem estiver no poder, sejam autocratas, cleptocratas e/ou ditadores.

Nesse panorama, alternativas à esquerda se articulam no continente. Identificamos entre elas as eleições de Gustavo Petro, na Colômbia (agosto, 2022), pleito eleitoral marcado por uma demanda popular de autodenominação religiosa por parte dos participantes na contenda. No curso da disputa, chegou a ser posto em suspeição o histórico religioso de Petro, ligado à teologia da libertação, o que em setores católicos

levou a sua rejeição (Espinosa, 2022). Dentre os desafios de Petro estão pacificar o país, diante do confronto entre narcotráfico e dissidentes da guerrilha, e administrar a forte oposição por parte da direita religiosa conservadora. Enquanto isso, no Chile, o presidente eleito em 2021, Gabriel Boric, entrou em embate com um clima de polarização política e religiosa (esquerda e direita, conservador e progressista), ao ser rejeitada a proposta da nova Constituição, cujo horizonte incluía ampliação de direitos às mulheres, povos indígenas e direitos humanos em geral (Colombo, 2022).

Soma-se a esse espectro progressista, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, em outubro 2022. Nessa disputa eleitoral, o fator religioso continuou ser uma tônica relevante. Numa acirrada vitória eleitoral, Lula venceu ao candidato a reeleição Jair Bolsonaro, representante da ultradireita no continente e aliado de Trump. O segmento cristão, encabeçado por evangélicos conservadores, será fundamental, posicionando-se em favor de Bolsonaro em nome da defesa da família tradicional (patriarcal e heteronormativa), do cuidado das crianças e da moral cristã e contra a “ideologia de gênero” (Biroli, 2020). Articulado num eficiente ativismo digital, os evangélicos bolsonaristas verteram seus argumentos anti: esquerda, aborto, comunismo e feminismo, revelando uma identidade evangélica assumidamente neoliberal, punitivista, antiminoritária, patriarcal, racista, antidemocrática, ao demonizarem quaisquer discussões sobre políticas públicas em favor das minorias e de ampliação de direitos humanos (Burity, 2022). Tudo isso sob a defesa do Brasil como nação cristã. Da mesma forma que nos Estados Unidos, ainda que Lula tenha vencido as eleições, o bolsonarismo e os evangélicos radicais serão seu desafio, constituindo-se numa ameaça tanto para o mandato quanto para a democracia (Almeida, 2022).

Concomitantemente a essa trajetória política, o continente convive com a emergência e consolidação, sobretudo no Brasil, do ativismo reativo da nova direita cristã cujo foco é a promoção das campanhas antigênero e o combate à suposta “ideologia de gênero”. Tanto as campanhas quanto o combate parecem ser o fio condutor que costura a América Latina, alinhando uma causa comum da direita cristã: fazer do continente um continente cristão (Carranza, 2022; Machado, 2020). Ideário que tem suas raízes na conhecida direita cristã norte-americana dos anos 1970, caracterizada por sua ferrenha oposição aos movimentos

de direitos civis, feminismo, aborto, educação sexual nas escolas, identificando nesses processos culturais uma ameaça a seu padrão de família cristã, privilégios de classe e raça e às aspirações de ser uma maioria moral em solo norte-americano (Cowan, 2021). A partir de seu ativismo reativo, a direita cristã se engajou numa guerra que denominou cultural, objetivando movimentos e lideranças progressistas como uma ameaça ao cristianismo. Nessa visão de guerras culturais, nutre-se o imaginário de se estar num mundo cada vez mais inseguro, uma vez que o valor do grupo demarcado por um “nós” contra “eles” (os outros, os inimigos) fortalece a necessidade de ter famílias mais seguras, líderes religiosos fortes, representantes políticos autoritários (Conger, 2019).

Se é verdade que esse ideário continua sendo ativado, também é certo que existem alguns elementos que sugerem que temos em curso uma nova direita cristã. Isso porque ela incorpora outros alvos na sua batalha, é acompanhada de uma teologia política, consolida atores e sujeitos políticos e se capilariza por instâncias do poder público. A nova direita cristã amplia seu escopo de temáticas que ameaçam a família cristã, por isso redireciona suas críticas ao feminismo ao sair da discussão sobre a teoria de gênero, cristalizar o construto acusatório “ideologia de gênero” e mirar a defesa da criança ameaçada por essa “ideologia de gênero”. Compreende-se, então, como tais campanhas anti-gênero, nacionais (Marchas pela Família) e transnacionais (Com mis Hijos no te Metas), conseguem ultrapassar questões morais, transcendem a reatividade religiosa e desencadeiam sentimentos sociais antigênero pela ameaça social que representam. A essa trilha de antipatia, somam-se as aversões contra movimentos que defendem a agenda de direitos reprodutivos, diversidade das identidades sexuais e a igualdade étnico-racial (Carranza & Nunes-Rosado, 2022). Paralelamente a essa crítica, cristalizam-se os medos sociais gerados pela violência urbana, desemprego, precarização das condições de vida e o ressentimento dos homens pela perda de poder social diante do avanço do feminismo e do movimento LGBTQIA+ (Vaggione, 2021).

Encontramos na mesma linha a retórica antigênero das lideranças religiosas, católicas e evangélicas, que ampliam sua capilarização na sociedade e na política institucional, proporcionando nessa última uma organização corporativa dentro das instâncias de poder e o posicionamento estratégico de representantes religiosos na máquina pública de

diversos países (Morales, 2021), como citado acima. Tal processo sinérgico leva à constatação de que os atores político-religiosos atuam na defesa da moralidade cristã, na afirmação inquestionável do neoliberalismo e na consolidação de uma elite integrada por parlamentares religiosos que em nome de Deus acomodam seus interesses (Rosado-Nunes, Bandeira & Pereira, 2021; Barajas, 2021).

Esse ativismo político da nova direita cristã está ancorado na atualização da teologia política do domínio ou do reconstrucionismo dos anos 1970. Alicerçada na visão do mundo político a ser conquistado, para que nele o reino de Deus se estabeleça, nessa teologia, pastores, parlamentares religiosos, lideranças midiáticas e candidatos nomeados por setores religiosos legitimam sua participação nos pleitos eleitorais e nas disputas por cargos em instâncias públicas. Enquanto uma cosmovisão cristã, a teologia do domínio legitima o salto da postura apolítica, outra característica do pentecostalismo dos primórdios, para uma postura de conquista do poder. Se no passado os evangélicos latino-americanos tinham uma atitude apática sobre a política, pois essa era, na visão deles, dominada pelo mal e/ou o diabo, hoje participar na política constituiu-se numa exigência, quando não uma virtude, viabilizando a reconstrução das nações em direção a torná-las nações cristãs. Mas, ao se indicar em nova direita, o “novo” indica que os evangélicos se constituíram em atores e sujeitos políticos ao longo das últimas décadas, o que lhes permite aspirar a liderar projetos de poder político e religioso no continente (Guadalupe, 2020). Nessa direção, observam-se o plano religioso e institucional. O primeiro, encontrará na mídia religiosa um papel fundamental para a difusão do ideário da direita cristã. O alastramento midiático naturaliza as demandas pró-família no senso comum, enquanto, no terreno legislativo são implementadas pelos parlamentares evangélicos a agenda da moralidade cristã. O segundo, no que tange às instituições religiosas, a politização reativa ficará a cargo das lideranças pastorais e midiáticas que mobilizam campanhas nacionais antigênero e pró-família, estabelecendo alianças estratégicas com católicos conservadores, dando passos largos ao tão discutido ecumenismo conservador (Amat y León & Guadalupe, 2022).

Sem dúvida que nessa conjuntura se impõem análises que nos levem a perceber e nos perguntar sobre a maneira, no dia a dia, que fiéis e cidadãos experimentam o religioso e seus valores. A nos questionar:

como esses crentes decodificam a relação entre religião e política, suas identidades múltiplas de pertencimento institucional e a uma pátria, nação, comunidade? De que maneira são afetados esses fiéis com as narrativas, discursos, performances, rituais, recursos simbólicos, liturgias e teologias que atuam no interior e nas diversas formas de agregação? Mais, como são mobilizados os sentimentos religiosos dos fiéis quando são deflagradas as campanhas anti-gênero por pastores, parlamentares religiosos, *influencers* digitais, e reverberada a propaganda anti-gênero na mídia religiosa? Como funciona a lógica de adesão ao ativismo reativo que afina sua pauta moral às políticas de securitização, punitivismo, armamentismo perante as inseguranças sociais, laborais, sobretudo de violência de gênero, raça-etnia e classe? Como se estabelecem mecanismos que deslizam a exigência de direitos para a exigência de moralidade pública que, ao mesmo tempo, impõe uma afinidade eletiva por uma supremacia judaico-cristã em direção à construção de uma nação cristã, desencadeando racismos religiosos e intolerâncias religiosas? Todas essas são perguntas que podem nos orientar nas indagações sobre a relação entre religião e política na América Latina, sobre a vivência de forças hegemônicas e contra-hegemônicas que endossam ou não mecanismos e dispositivos que atentam contra determinadas conquistas democráticas e civilizatórias.

Diante disso, o painel *Democracias na América Latina: valores e direitos tensionados*, se propôs indagar sobre algumas questões que emergem da paisagem sociorreligiosa acima descrita. Os textos apresentados trazem para a reflexão temáticas que oscilam desde a noção e constituição das laicidades, à compreensão do papel do Estado em relação às religiões e igrejas – o que parece o mesmo, mas não o é –, até a discussão de um aparelho analítico que permita captar a materialidade do direito e a tensão que supõe a narrativa de separação entre religião e direito. Paula Montero e Juan Marco Vaggione questionam os conceitos e categorias que percorrem nossas análises sobre a relação entre política e religião. Já Aldo Ameigeiras interroga a ambos os autores, sinalizando a estrutura vertebral dos textos e apontando para alguns horizontes que podem ampliar a leitura deles. No seu conjunto, esta reunião de textos nos convida a olhar para uma América Latina tensionada por conjunturas políticas em rota de polarização e por valores democráticos colocados em

xeque diante de tendências totalitárias de agentes e agências religiosas em ascensão.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo. A fé e o governo Bolsonaro. In: *Jornal Folha de São Paulo, UOL, Opinião*, 2022. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2022/10/a-fe-e-o-governo-bolsonaro.shtml> >. (Acessado em 08/11/2022).

AMAYA, Alba. El Salvador no caminho da autocracia? In: *Deutsche Welle (DW)*, 21.abril., 2022. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/el-salvador-no-caminho-da-autocracia/a-61547449> >. (Acessado em: 14/11/2022).

BARAJAS, Karina Bárcenas. Antagonismos en el espacio público en torno a la “ideología de género”: expresiones del neoconservadurismo católico y evangélico en México. In: DE LA TORRE, Renée; SEMÁN, Pablo (orgs.). *Religiones y espacios públicos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados – CALAS, 2021, pp. 457-484.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (orgs.). *Gênero, neoconservadurismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020, pp. 135-188.

BURITY, Joanildo. E agora, reposicionando o campo. In: *Religião Dita e Feita*. Blog. 2022. Disponível em: < <https://religiaoditaefeita.blogspot.com/2022/10/e-agora-reposicionando-o-campo.html> >.

CARRANZA, Brenda. La derecha cristiana brasileña: proyecto de poder político. In: GUADALUPE, José Luis Pérez (org.). *Pastores y políticos, el protagonismo evangélico en la política latinoamericana*. Lima: Instituto de Estudios Social Cristianos, Konrad Adenauer Stiftung, 2022, pp. 47-87.

CARRANZA, Brenda; ROSADO-NUNES, María José. Feminismo (verbete). In: USARSKI, Frank; TEIXEIRA, Alfredo; PASSOS, João Décio (orgs.). *Dicionário Ciência da Religião*. Paulinas, São Paulo, 2022, pp. 399-406.

COLOMBO, Florencia Tursi. 10 Elementos para compreender a rejeição a nova constituição no Chile. Miradas del Sur Global. In: *Brasil de Fato*, 2022. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/10/10-elementos-para-compreender-a-rejeicao-a-nova-constituicao-no-chile> >.

CONGER, Kimberly. H.. The Christian Right in U.S. Politics. In: *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, 2019. Disponível em: < <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-810> >.

CORREIA, Mariama. Sem Trump, Capitol Ministries vira o trunfo dos evangélicos conservadores dos EUA na América Latina. In: *Opera Mundi*, 2020. Disponível em: < <https://operamundi.uol.com.br/sociedade/67493/sem-trump-capitol-ministries-vira-o-trunfo-dos-evangelicos-conservadores-dos-eua-na-america-latina> >.

COWAN, Benjamim A.. O Brasil e a nova direita. Entrevista (Glenda Mezarobba) In: *Revista Pesquisa FAPESP*, n.305, jul., 2021. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/benjamin-a-cowan-o-brasil-e-a-nova-direita/> >.

ESPINOSA, Dumar (2022). Colômbia. Vitória da esquerda, um revés para a Igreja colombiana? In: *Instituto Humanitas UNISINOS*, 2022. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619716-colombia-vitoria-da-esquerda-um-reves-para-a-igreja-colombiana> >.

GUADALUPE, José Luis Pérez; AMAY Y LÉON, Oscar. Los nuevos ecumenismos em Perú. In: In: GUADALUPE, José Luis Pérez (org.). *Pastores y políticos, el protagonismo evangélico en la política latinoamericana*. Lima: Instituto de Estudios Social Cristianos, Konrad Adenauer Stiftung, 2022, pp. 373-406.

LAGOS, Marta. El fin de la tercera ola de las democracias. In: *Informe Latinobarómetro*, 2018. Disponível em: < <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp> >.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A vertente evangélica do neconservadorismo brasileiro. In: GUADALUPE, José Luis. Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, pp. 271-286.

MORALES, María del Rosario Ramírez. Entre el verde y el azul: derechos y antiderechos en la arena pública latino-americana. In: DE LA TORRE, Renée; SEMÁN, Pablo (orgs.). *Religiones y espacios públicos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados – CALAS, 2021, pp. 437-456

MOTTA, Anaís. Grito por liberdade e renúncia de Díaz-Canel: entenda os protestos em Cuba. In: *Noticias UOL*, 2021. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/07/13/liberdade-e-renuncia-de-miguel-diaz-canel-entenda-os-protestos-em-cuba.htm> >.

ROSADO-NUNES, Maria José; BANDEIRA, Olívia; PEREIRA, Gisele Cristina. A quem pertence o termo “católicas”? Direito e mídia como arenas e estratégias do neoconservadorismo. In: *Plural*, v.28, n.1, pp. 17-49, 2021.

VAGGIONE, Juan Marco. Juridificación reactiva: la re-cristianización a través del derecho. In: DE LA TORRE, Renée; SEMÁN, Pablo (orgs.). *Religiones y espacios públicos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados – CALAS, 2021, pp. 385-412.

Recebido em: 14/11/2022

Aprovado em: 14/11/2022